

# REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º \_\_\_\_ 2020

(Da Bancada do PSOL)

Requer ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. André Mendonça, informações relativas à atuação da Polícia Federal relativas às possíveis interferências na investigação envolvendo o Senador Flávio Bolsonaro.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, §2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. André Mendonça, as seguintes informações relativas à atuação da Polícia Federal após graves denúncias apresentadas pelo Sr. Paulo Roberto Franco Marinho em que o mesmo afirma que, em 2018, o então Deputado Estadual e hoje Senador da República, Flávio Bolsonaro, teria obtido acesso à informação privilegiada referente a Operação Fumaça da Onça, através de Delegado Federal informante. Assim, apresentamos os seguintes questionamentos:

1. Considerando entrevista concedida à Folha de São Paulo<sup>1</sup> pelo Sr. Paulo Roberto Franco Marinho em que o mesmo afirma que, em 2018, o então Deputado Estadual e hoje Senador da República, Flávio Bolsonaro, teria obtido acesso à informação privilegiada referente a Operação Fumaça da Onça, através de informante do alto escalão da Polícia Federal acerca das investigações de “rachadinha” e de desvio de dinheiro público no seu gabinete no Rio de Janeiro. Considerando que, segundo

<sup>1</sup>Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/pf-antecipou-a-flavio-bolsonaro-que-queiroz-seria-alvo-de-operacao-diz-suplente-do-senador.shtml>. Acesso em 17 de maio de 2020.

Marinho, Flávio Bolsonaro teria sido avisado da existência da Operação entre o primeiro e segundo turnos das eleições, por um delegado da Polícia Federal simpatizante de Jair Bolsonaro, então candidato. Considerando que, questionado pela Jornalista Mônica Bergamo, o Sr. Paulo Marinho afirmou que:

*“(…) Flávio então nos conta a seguinte história: uma semana depois do primeiro turno, o ex-coronel [Miguel] Braga, atual chefe de gabinete dele no Senado, tinha recebido o telefonema de um delegado da Polícia Federal do Rio de Janeiro, dizendo que tinha um assunto do interesse dele, Flávio, e que ele gostaria de falar com o senador.*

*O Braga disse: ‘Ele está muito ocupado e não costuma atender quem não conhece’.*

*Estou te contando a narrativa do Flávio e do advogado Victor para nós, Paulo Marinho e Christiano, do outro lado da mesa. O senador contou que disse ao coronel Braga que se encontrasse com essa pessoa [o delegado] para saber do que se tratava. Estava curioso.*

*E aí marcaram um encontro com esse delegado na porta da Superintendência da Polícia Federal, na praça Mauá, no Rio de Janeiro.”*

A jornalista questiona quem estaria nesse encontro:

*“O coronel Braga, o advogado Victor e, sempre segundo o que eles me contaram, a Val [Meliga], da confiança do Flávio e irmã de dois milicianos que foram presos [na Operação Quatro Elementos].*

*Eles foram para a porta da Polícia Federal. O delegado tinha dito [ao coronel Braga]: ‘Você vai ver. Quando chegarem, me liga que eu vou sair de dentro do prédio da Polícia Federal.*

*O delegado saiu de dentro da superintendência. Na calçada —eu estou contando o que eles me relataram—, o delegado falou: ‘Vai ser deflagrada a Operação Furna da Onça, que vai atingir em cheio a*

Assembleia Legislativa do Rio. E essa operação vai alcançar algumas pessoas do gabinete do Flávio [o filho do presidente era deputado estadual na época]. Uma delas é o Queiroz e a outra é a filha do Queiroz [Nathalia], que trabalha no gabinete do Jair Bolsonaro [que ainda era deputado federal] em Brasília’.

O delegado então disse, segundo eles: ‘Eu sugiro que vocês tomem providências. Eu sou eleitor, adepto, simpatizante da campanha [de Jair Bolsonaro], e nós vamos segurar essa operação para não detoná-la agora, durante o segundo turno, porque isso pode atrapalhar o resultado da eleição [presidencial]’.

- a. Quais foram os inquéritos instaurados pela Operação Fumaça da Onça? Favor incluir cópias dos expedientes.
- b. Quais foram as operações deflagradas como desdobramentos da Operação Fumaça da Onça? Favor incluir cópias dos expedientes.
- c. Quais providências foram tomadas pela Polícia Federal após as denúncias feitas pelo Sr. Paulo Marinho?
- d. Qual foi a base para arquivamento<sup>2</sup> de inquérito policial instaurado para investigar o vazamento de informações privilegiadas ainda em 2018? Favor incluir cópias dos expedientes.
- e. Haverá depoimento do Sr. Paulo Marinho e do Senador Flávio Bolsonaro a pedido da Polícia Federal? Quais outros depoimentos foram solicitados pela Polícia Federal diante das denúncias supracitadas?
- f. Quais medidas foram tomadas pela Polícia Federal para identificar o delegado responsável pela denúncia feita pelo Sr. Paulo Marinho?
- g. Houve procedimento de investigação a respeito de vazamento de informação privilegiada por parte da Corregedoria da Polícia Federal ou de qualquer outro órgão da corporação, nos anos de 2018, 2019 ou 2020 no âmbito da Operação Fumaça da Onça? Favor incluir cópias dos expedientes.
- h. Houve alteração na data de deflagração da Operação Fumaça da Onça e demais operações deflagradas como desdobramentos da mesma? Favor incluir cópias dos expedientes que justificaram tais alterações.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/05/18/mpf-abre-investigacao-para-apurar-suposto-vazamento-da-pf-na-fuma-da-onca>

- i. Quais são os protocolos existentes na Polícia Federal para evitar que informações privilegiadas sejam vazadas? Como funciona toda a cadeia investigatória? Como são formadas as equipes operacionais e a cadeia de comando antes e durante as operações?
  - j. Quem são os responsáveis pelas investigações instauradas pela Polícia Federal em Brasília e no estado do Rio de Janeiro, após as denúncias feitas pelo Sr. Paulo Marinho?
  - k. O então candidato à Presidente da República, Jair Bolsonaro, ou qualquer de seus filhos ou aliados, pressionou, orientou, recomendou, aconselhou ou advertiu, direta ou indiretamente, qualquer agente público para o vazar informação sigilosa? Anexar à resposta os despachos e comunicações referentes à solicitação.
2. De acordo com reportagem do Jornal Nacional, que foi ao ar no dia 18 de maio de 2020, ainda em 2018 já haviam suspeitas de vazamento. Afirmaram que um dos alvos *“recebeu os policiais com diploma universitário na mão”* e que outro havia *“se internado em um hospital para não ir para a cadeia”*. Outro artigo do jornal O Globo<sup>3</sup> informou ainda que na casa de assessora de um dos investigados foram encontrados bilhetes com anotações para destruição de provas: *destruir elementos de convicção, apagando registros de conversas, e-mails, fotos em redes sociais, dentre outras ações. Outro trecho também chamou a atenção de investigadores: “preciso de cópias das operações: decisão, inquérito policial, Ministério Público Operações: Rio 40 graus + Eficiência + Tolypeutes + Fatura Exposta + Retatouille + Quinta do Ouro + Saqueador + Xepa + Calicute + Ponto Final”*. Há também um recomendação comprometedora: *“Você precisa continuar conversando com amigo, outras operações vão surgir com continuação das investigações das empresas citadas. Vão tentar manter ele aqui (sic) com novos dados. Veja se estão agindo, é fazer o que tem que ser feito.”*.
- a. Pelos princípios que regem a administração pública, inscritos na Constituição de 1988, cabe ao agente público fazer a análise imparcial dos documentos públicos, sem qualquer interesse no resultado do processo. Como se deu a escolha do Delegado e dos respectivos servidores responsáveis pelo inquérito?

3 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/anotacoes-indicam-vazamento-da-operacao-furna-da-onca-23233161>

O então candidato à Presidente da República, Jair Bolsonaro, ou qualquer de seus filhos ou aliados, pressionou, orientou, recomendou, aconselhou ou advertiu, direta ou indiretamente, qualquer agente público para o vazamento de informação sigilosa? Anexar à resposta os despachos e comunicações referentes à solicitação.

- b.** Diante de tão claras evidências, de que informações privilegiadas estavam sendo vazadas com o intuito de embaraçar investigações conduzidas pela própria Polícia Federal, como se deu o arquivamento da investigação que apurava o vazamento dessas informações privilegiadas por servidores da Polícia Federal?
  - c.** Quais são os cuidados que estão sendo tomados para que não haja nova interferência ou vazamento de informações privilegiadas em meio às mudanças na chefia da Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro, que conforme declarações do próprio Presidente da República, Jair Bolsonaro, se deu a seu próprio pedido? Solicitamos cópia integral do processo que resultou na elaboração do referido ofício.
- 3.** Em nota<sup>4</sup> divulgada no dia 17 de maio de 2020, o desembargador Abel Gomes, relator da Operação Fumaça da Onça no Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF-2), afirmou que a Justiça Federal, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal entenderam em conjunto que não seria oportuno deflagrar a ação durante período eleitoral em 2018.
  - a.** Quais são as bases normativas que permitiram que a operação fosse postergada?
  - b.** Há precedente de outras operações que foram atrasadas por algum tipo de impedimento similar ao supracitado? Favor incluir cópias dos expedientes.
  - c.** O Sr. Alexandre Ramagem pressionou, orientou, recomendou, aconselhou ou advertiu, direta ou indiretamente neste processo? Anexar à resposta os despachos e comunicações referentes à solicitação.
  - d.** O então candidato à Presidente da República, Jair Bolsonaro, ou qualquer de seus filhos ou aliados, pressionou, orientou, recomendou, aconselhou ou advertiu, direta ou indiretamente, qualquer agente público para interferir neste

<sup>4</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/relator-da-fuma-da-onca-diz-que-operacao-nao-foi-deflagrada-no-periodo-eleitoral-para-nao-susitar-ideia-de-uso-politico-24432136>

processo? Anexar à resposta os despachos e comunicações referentes à solicitação.

4. Segundo reportagem do jornal O Globo<sup>5</sup>, um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) mostra que a Polícia Federal sabia da movimentação financeira fora do padrão de servidores da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) antes da eleição de 2018. Fabrício Queiroz, ex-assessor do então deputado estadual Flávio Bolsonaro é citado numa tabela com registro de operação fora do padrão no valor de R\$ 1,2 milhão. Ao lado do nome dele aparece a indicação: "gabinete do deputado estadual Flávio Bolsonaro". No final do relatório, a movimentação financeira apontada pelo Coaf é detalhada. Segundo relatou à Polícia Federal na época, a Operação Fumaça da Onça era um desdobramento da Operação Cadeia Velha, que fora deflagrada em novembro de 2017 e cujo alvo eram irregularidades na gestão do governador Sérgio Cabral. O delegado Alexandre Ramagem estava a frente dessa operação de 2017. No início de 2018, segundo registros da Polícia Federal, Ramagem foi deslocado para o setor de Recursos Humanos. No final do ano, passou a integrar a equipe de segurança do presidente eleito Jair Bolsonaro.
- a. Quais eram as atribuições do Sr. Alexandre Ramagem a frente da Operação Cadeia Velha?
  - b. Quais foram os inquéritos instaurados pela Operação Cadeia Velha? Favor incluir cópias dos expedientes.
  - c. Quais foram as operações deflagradas como desdobramentos da Operação Cadeia Velha? Favor incluir cópias dos expedientes.
  - d. Dentre os documentos preparatórios para operações da Polícia Federal, destaca-se o relatório de inteligência financeira do COAF, produzido em janeiro de 2018, que citava movimentação atípica de funcionários da Alerj. Entre eles, estava Fabrício Queiroz, então chefe de segurança do então deputado estadual Flávio Bolsonaro. Quais foram as providências tomadas pela Polícia Federal entre janeiro e o dia 07 de novembro de 2018 diante de tão graves denúncias? Favor incluir cópias dos expedientes.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/relatorio-do-coaf-mostra-que-pf-sabia-de-movimentacao-de-queiroz-antes-da-eleicao-de-2018-24431809>

- e. O que justificou a ida do Sr. Alexandre Ramagem para os setor de Recursos Humanos? Favor incluir cópias dos expedientes.
  - f. Quais eram as atribuições do Sr. Alexandre Ramagem no setor de Recursos Humanos? Até quando o servidor foi lotado no setor de Recursos Humanos? Favor incluir cópias dos expedientes.
  - g. Após passar pelo setor de Recursos Humanos, o servidor Alexandre Ramagem foi transferido ou cedido para outros postos? Quais? Favor incluir cópias dos expedientes.
5. As eleições de 2018 foram realizadas em dois turnos. O primeiro aconteceu em 7 de outubro, e o segundo em 28 de outubro. Em 8 de novembro, ou seja 11 dias após a realização do segundo turno das eleições, foi deflagrada a operação Furna da Onça:

*“Rio de Janeiro/RJ - A Polícia Federal deflagra nesta manhã (08/11)<sup>6</sup> a Operação Furna da Onça<sup>7</sup>, para investigar a participação de deputados estaduais do Rio de Janeiro em esquema de corrupção, lavagem de dinheiro e loteamento de cargos públicos e mão de obra terceirizada em órgãos da administração estadual. A Operação conta com a participação do Ministério Público Federal (MPF) e o apoio da Receita Federal.*

*A Operação Furna da Onça é um desdobramento da Operação Cadeia Velha – deflagrada em novembro de 2017 – e conta com 200 policiais federais, 35 membros do MPF e 10 auditores da Receita para cumprir 19 mandados de prisão temporária, 3 de prisão preventiva e 47 mandados de busca e apreensão, expedidos Tribunal Regional Federal da 2a Região (TRF2).*

*A organização criminosa, chefiada por ex-governador preso, pagava propina a vários deputados estaduais, a fim de que patrocinassem interesses do grupo criminoso na Alerj. De acordo com as investigações, o “mensalinho” era resultado de sobrepreço de*

6 Disponível em: <http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2018/11/pf-deflagra-operacao-para-combater-organizacao-criminosa-na-alerj>

7 O nome Furna da Onça faz referência a uma sala ao lado do plenário da Alerj, onde deputados se reúnem para ter conversas reservadas, destinada às combinações secretas que resultam em decisões individuais antes das votações, momento conhecido como a hora da “onça beber água”.

*contratos estaduais e federais. De forma ilícita, os parlamentares eram beneficiados ainda com o loteamento de cargos em diversos órgãos públicos do Estado, onde poderiam alocar mão de obra comissionada ou terceirizada.*

*Os investigados devem responder, na medida de suas participações, pelos crimes de organização criminosa, corrupção ativa, passiva e lavagem de dinheiro.*

*Será concedida entrevista coletiva às 10h30 na Superintendência da PF, na Praça Mauá.”*

- a. Servidores da Polícia Federal que atuaram na Operação Cadeia Velha, sob coordenação do Sr. Alexandre Ramagem, participaram também da Operação Fumaça da Onça? Quais eram as atribuições e responsabilidades desses servidores? A quem eles se reportavam?
- b. Servidores públicos do gabinete do então deputado estadual Flávio Bolsonaro foram investigados pela Operação Cadeia Velha?
- c. O então deputado estadual Flávio Bolsonaro foi investigado pela Operação Cadeia Velha?
- d. Segundo informações do jornal O Estado de São Paulo<sup>8</sup>, o então deputado Flávio Bolsonaro teria sido avisado por delegado da Polícia Federal sobre a deflagração da Operação Fumaça da Onça que acabou acontecendo em 08 de novembro de 2018. Segundo o Diário Oficial da União, Fabrício Queiroz e sua filha, Nathália Melo de Queiroz, foram exonerados de seus cargos na Alerj em 15 de outubro de 2018, ou seja, três semanas antes da Operação Fumaça da Onça ser deflagrada. Estes servidores foram investigados pela Operação Cadeia Velha? Quantos servidores da Polícia Federal no Rio de Janeiro tinham acesso a essas informações privilegiadas sobre a investigação?

<sup>8</sup> Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/corrupcao/pf-antecipou-a-flavio-bolsonaro-que-queiroz-seria-investigado-diz-suplente/>



6. Embora o relator da Operação Fuma da Onça tenha afirmado<sup>9</sup> que a operação não foi deflagrada no período eleitoral para não “*suscitar ideia de uso político*” conforme avaliação da Justiça Federal, do Ministério Público e da Polícia Federal, a história recente sugere que esta não tem sido a “prática” adotada pelas instituições, afinal, relatórios do COAF de janeiro de 2018 já indicavam ilicitudes por parte de servidores lotados no gabinete do então deputado estadual Flávio Bolsonaro. Apenas no âmbito da Operação Lava Jato, por exemplo, entre janeiro e outubro de 2018, foram deflagradas 8 fases da operação (48º fase- Operação Integração em 22 de fevereiro de 2018 e a 55º fase- Operação Integração II, já em período eleitoral). Quais são os critérios técnicos e normativos que guiam o estabelecimento de datas para a deflagração de operações conduzidas pela Polícia Federal? Por que, diferentemente de inúmeras outras operações que foram deflagradas em período eleitoral, a Operação Fuma da Onça foi deflagrada apenas uma semana após o fim do período eleitoral de 2018?
7. No dia 24 de abril, o então Ministro da Justiça e da Segurança Pública, o Sr. Sérgio Moro, pediu demissão e acusou pessoalmente o Presidente da República, o Sr. Jair Bolsonaro, de tentar interferir em investigações da Polícia Federal que poderiam implicar pessoas próximas ao presidente (inclusive seus próprios filhos e deputados aliados), além do próprio Presidente da República.
- a. Diante das denúncias do ex-Ministro Sérgio Moro, quais as providências, no âmbito administrativo, o Ministério da Justiça e Segurança Pública tomou para esclarecer os fatos, apurar irregularidades ou ilegalidades e responsabilizar eventuais os envolvidos? Anexar à resposta os despachos e comunicações referentes à solicitação.

## JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, seguindo as Constituições de regimes democráticos, consagra em seu art. 2º a separação dos poderes, vedando qualquer interferência entre os poderes

<sup>9</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/relator-da-fuma-da-onca-diz-que-operacao-nao-foi-deflagrada-no-periodo-eleitoral-para-nao-suscitar-ideia-de-uso-politico-24432136>

Legislativo, Executivo e Judiciário, fora das hipóteses dos mecanismos de pesos e contrapesos consagrados na própria Carta Magna.

No dia 24 de abril, o então Ministro da Justiça e da Segurança Pública, o Sr. Sérgio Moro, pediu demissão e acusou pessoalmente o Presidente da República, o Sr. Jair Bolsonaro, de tentar interferir em investigações da Polícia Federal que poderiam implicar pessoas próximas ao presidente (inclusive seus próprios filhos e deputados aliados), além do próprio Presidente da República.

Apesar da regra consagrada na Constituição e que figura como pilar central de qualquer regime democrático, as afirmações proferidas pelo Sr. Sergio Moro, demonstram o intuito do Presidente da República em violar esses limites. Como tem sido demonstrado até o momento, Jair Bolsonaro, através de interferências nas instituições, dentre elas a Polícia Federal, atuou para obstruir e embaraçar processos que tramitam perante o Poder Judiciário, nos quais ele e seus aliados seriam diretamente interessados, inclusive Inquéritos que tramitam perante o Supremo Tribunal Federal.

Segundo Moro, o Presidente da República quer “colher” informações dentro da Polícia Federal, como relatórios de inteligência<sup>10</sup>. Sérgio Moro afirma ter dito ao Presidente Jair Bolsonaro que a troca de comando da Polícia Federal seria uma interferência política na corporação. Ele afirmou que o Presidente admitiu isso, “Falei para o presidente que seria uma interferência política. Ele disse que seria mesmo”, revelou.

Diante dos fatos supracitados, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello, acatando o pedido do Procurador Geral da República, determinou a instauração de Inquérito. Estão sendo tomados os depoimentos de Ministros, Deputados Federais e Delegados envolvidos nas denúncias, assim como estão *sub judice* as declarações proferidas pelo Presidente da República durante reunião ministerial realizada no dia 22 de abril no Palácio do Planalto.

O comando da superintendência da Polícia Federal no estado do Rio de Janeiro também esteve no cerne das denúncias do ex-Ministro Sérgio Moro, tendo ganhado contornos

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/sergio-moro-o-juiz-da-lava-jato-anuncia-sua-demissao-do-governo-bolsonaro.shtml>. Acesso em 17 de maio de 2020.

ainda mais relevantes a partir das denúncias trazidas à tona pela imprensa nacional através da entrevista concedida pelo Sr. Paulo Roberto Franco Marinho, eleito primeiro suplente do Senador da República e filho do Presidente da República, Flávio Bolsonaro. Consta, em depoimento oficial prestado pelo ex-Ministro nos autos do presente Inquérito, entre outras afirmações, a seguinte:

*“QUE recebeu mensagem pelo aplicativo Whatsapp do Presidente da República, solicitando, novamente, a substituição do Superintendente do Rio de Janeiro, agora Carlos Henrique; QUE a mensagem tinha, mais ou menos o seguinte teor: ‘Moro você tem 27 Superintendências, eu quero apenas uma, a do Rio de Janeiro’”<sup>11</sup>.*

Diante desses elementos,, fato novo e extremamente relevante para a cadeia de eventos ora investigada tornou-se público na semana passada. A imprensa nacional repercute entrevista concedida pelo Sr. Paulo Roberto Franco Marinho em que o mesmo afirma que, em 2018, o então Deputado Estadual e hoje Senador da República, Flávio Bolsonaro, teria obtido acesso à informação privilegiada, através de informante do alto escalão da Polícia Federal acerca das investigações de “rachadinha” e de desvio de dinheiro público no seu gabinete no Rio de Janeiro.

O Sr. Paulo Marinho afirma ter ouvido pessoalmente do Sr. Flávio Bolsonaro que o mesmo soube com antecedência que a Operação Fumaça da Onça seria deflagrada. O Sr. Flávio Bolsonaro teria sido avisado da existência da Operação entre o primeiro e segundo turnos das eleições, por um delegado da Polícia Federal simpatizante de Jair Bolsonaro, então candidato.

O Sr. Marinho afirmou ainda que os policiais teriam, supostamente, retardado a operação, então sigilosa, para que ela não ocorresse em meio ao processo eleitoral, podendo, portanto, prejudicar a candidatura de Bolsonaro à presidência da república. O suposto delegado-informante teria aconselhado Flávio Bolsonaro a demitir Fabrício Queiroz e a filha dele, Nathália Melo de Queiroz, que, na ocasião, trabalhava no gabinete de deputado federal de Jair Bolsonaro. Os fatos se comprovam pela exoneração de ambos os assessores em 15 de outubro de 2018.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/05/leia-a-integra-do-depoimento-de-sergio-moro-a-policia-federal.ghtml>. Acesso em 17 de maio de 2020.

Destaque-se, também, conforme notícias veiculadas pela imprensa, que **Alexandre Ramagem** chefiou a Operação Cadeia Velha, deflagrada em novembro de 2017 para apurar propinas pagas pelo esquema do ex-Governador Sérgio Cabral, e que antecedeu a operação Fumaça da Onça<sup>12</sup>.

O Sr. Alexandre Ramagem, como se sabe, é diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e foi o escolhido do Presidente da República para a Direção-Geral da Polícia Federal, após a demissão de Mauricio Valeixo. Sua nomeação foi barrada pelo Supremo Tribunal Federal, por decisão do Exmo. Ministro Alexandre de Moraes, que deferiu a liminar pleiteada para suspender a eficácia do Decreto de sua nomeação e posse, em pedido do Partido Democrático Trabalhista (Mandado de Segurança no 37.097). Em sua decisão, o Ministro Relator também reproduziu as declarações do ex-Ministro Sérgio Moro:

*“Foi indicado o nome do atual diretor da ABIN (referindo-se ao delegado federal Alexandre Ramagem, posteriormente nomeado pelo Presidente da República para a Diretoria da Polícia Federal), que é até um bom nome dentro da Polícia Federal. Mas o grande problema é que não são tanto essa questão de quem colocar, mas sim porque trocar e permitir que seja feita a interferência política na PF. O presidente me disse mais de uma vez, expressamente, que queria ter uma pessoa do contato pessoal dele que ele pudesse ligar, colher informações, colher relatórios de inteligência, seja diretor-geral, superintendente e realmente não é o papel da Polícia Federal prestar esse tipo de informação”.*

O Ministro Relator, analisando os fatos narrados, verificou a ocorrência de desvio de finalidade do ato presidencial na nomeação e, por consequência, inobservância aos princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade e do interesse público.

Destaque-se, ainda, que são inúmeras as comprovações que denotam as íntimas relações da família Bolsonaro com figuras centrais na milícia carioca, como é o caso da relação não escondida com o Capitão Nóbrega, recentemente morto no sertão da Bahia, na cidade de Esplanada (BA), e Fabricio Queiroz. Essa ligação é conhecida e largamente

<sup>12</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/reinaldo-azevedo/2020/05/17/bomba-3-ramagem-era-o-delegado-da-operacao-que-originou-a-fuma-da-onca.htm>

noticiada pela imprensa, além de relatada e investigada por órgãos de polícia do Rio de Janeiro e pelo Ministério Público - Ministério Público do Rio de Janeiro, Grupo de Atuação Especializada no Combate à Corrupção (GAECC).

Não cabe ao Presidente determinar as operações que devem ser feitas pela Polícia Federal, tampouco ter acesso ao conteúdo apreendido nas operações ou ligar para diretores e superintendentes para ter acesso a relatórios. A Polícia Federal é polícia judiciária e como tal deve agir em cumprimento de ordem judicial. Admitir-se o contrário é permitir que o Presidente da República tenha sob seu comando uma verdadeira polícia política, cujas ações podem ser direcionadas para perseguir seus adversários e desafetos, típico de regimes autoritários, além de proteger seus aliados.

Diante desses fatos, com a urgência que se faz necessária, requeiro as informações aqui solicitadas.

Sala das Sessões, de maio de 2020.

**Fernanda Melchionna**  
**Líder do PSOL**

**Edmilson Rodrigues**  
**PSOL/PA**

**Marcelo Freixo**  
**PSOL/RJ**

**Sâmia Bomfim**  
**PSOL/SP**

**Áurea Carolina**  
**PSOL/MG**

**David Miranda**  
**PSOL/RJ**

**Glauber Braga**  
**PSOL/RJ**

**Ivan Valente**  
**PSOL/SP**

**Luiza Erundina**  
**PSOL/SP**

**Talíria Petrone**  
**PSOL/RJ**



Chancela eletrônica do(a) Dep Fernanda Melchionna (PSOL/RS),  
através do ponto p\_6337, nos termos de delegação regulamentada no Ato ,  
da Mesa n. 25 de 2015.

Apresentação: 20/05/2020 19:42

RIC n.511/2020



## **Requerimento de Informação** **(Do Sr. Fernanda Melchionna )**

Requer ao Ministro de Estado da  
Justiça e Segurança Pública, Sr. André  
Mendonça, informações relativas à atuação  
da Polícia Federal relativas às possíveis  
interferências na investigação envolvendo  
o Senador Flávio Bolsonaro.

Assinaram eletronicamente o documento CD207621240200, nesta ordem:

- 1 Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS) \*-(p\_6337)
- 2 Dep. David Miranda (PSOL/RJ)
- 3 Dep. Edmilson Rodrigues (PSOL/PA)
- 4 Dep. Talíria Petrone (PSOL/RJ)
- 5 Dep. Luiza Erundina (PSOL/SP)
- 6 Dep. Ivan Valente (PSOL/SP)
- 7 Dep. Marcelo Freixo (PSOL/RJ)
- 8 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP)
- 9 Dep. Glauber Braga (PSOL/RJ)

\* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.